OS NOSSOS

★

8

PEDRO CALMON

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL

PEDRO CALMON
(DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS)

História Diplomática do Brasil

BCC17268
327.2
C164h

1941
LIVRARIA EDITÔRA PAULO BLUHM
BELO HORIZONTE

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
NUMERO 392 DATA 4.7.52

Este ensaio de História Diplomática do Brasil *representa, antes de tudo, uma tentativa de síntese, interpretação e crítica das atitudes do nosso país em face do mundo — da Independência ao século XX. Material de início coligido para uma conferência (realizada no Palácio Itamarati, em 26 de Maio de 1939), quisemos restringí-lo às modestas proporções do opúsculo, que aquí vai, exatamente para não lhe sacrificar o interêsse imediato: um leve e ousado resumo daquela história complexa.*

Seria outrossim fastidioso indicar todas as fontes informativas de que nos servimos.

Citamos apenas as manuscritas, de sabôr inédito: cartas de D. Pedro I, que definem a sua intuição americanista; papéis do General Guido, vistos no arquivo nacional de Buenos Aires, correspondência de Lamas, consultada no arquivo público, de Montevidéo, comunicações da legação norte-americana para o "Department of State", em 1889 e 93...

Vale a intenção, que é explicar e compreender. Compreender e explicar a comunhão existente entre a Pátria e a sua diplomacia histórica!

P. C.

Rio de Janeiro, Julho de 1941.

O QUE NOS TROUXE D. JOÃO VI

O Rei Velho — D. João VI bambo, benévolo e ardiloso — trouxe para o Brasil, entre os pacotes de sua bagagem confusa (Enéas foragido, a vir criar, em substituição da Tróia abrasada, uma grandeza romana — plangeram os retóricos...) — os arquivos da política exterior de Portugal. Papéis e funcionários. O seu cartulário e a sua secretaria. O seu segrêdo e o seu pessoal. Confidências da mais hábil política exterior da Europa desde o tempo épico de D. João I e sua espôsa inglesa D. Felipa de Lencaster; e burocracia que se formara nos métodos de D. Luiz da Cunha, de Alexandre de Gusmão e de Pombal. Depositou nos cais do Rio de Janeiro, de um lado os seus baúes de vaquêta, e do outro as suas pilhas de correspondência diplomática. Instalou simultaneamente a corôa no Paço da Cidade e o ministério da guerra e o de estrangeiros — prôximo de sua real assistência — em casas junto: e quando se imaginava que o Rei Velho entristecesse nos trópicos, inativo, com a nostalgia da Pátria perdida e o vexame de sua adaptação difícil ao clima colonial, ei-lo que se desembaraça do torpôr costumeiro, irrompe do meio de sua côrte acam-

pada no Brasil um gesto autoritário, e dá à sua ação internacional uma continuidade implacável.

Quer isto dizer que antes da Independência — fato único na América — dispunha o Brasil de um ministério de Estrangeiros organizado, primoroso e — o que era extremamente importante — tradicional.

Dois serviços

Dois grandes serviços D. João VI prestou a a êste país, que o acolheu lealmente e onde foi poderoso e feliz: montou, ao chegar, a aparelhagem administrativa dos Estados europeus; e, ao partir, não a desmantelou.

Deixava-nos o filho como príncipe regente. Êste fez-se Imperador. Fundando a monarquia, cortou as amarras que jungiam o Brasil à metrópole — separando efetivamente dois regimes que há quatorze anos experimentavam vida isolada numa curiosa inversão de destinos históricos: Portugal sem rei, educando-se para o liberalismo que o prescinde; o Brasil, sede da realeza, aprendendo as lições preliminares do Império previsto e fortuito... Legou-lhe, entretanto, as responsabilidades imediatas de uma situação externa que os nacionalistas de 1822 — ardendo na sua flama revolucionária — não podiam compreender perfeitamente.

A benefício de inventário: Cisplatina...

E' quando recebe o Brasil a benefício de inventário a recente herança da Cisplatina.

Fôra esta um êxito pessoal de D. João VI.

Mas uma consequência do "sistema" português, cujo ponto de partida tinha uma data remota: 1679; e um topônimo trágico: Colônia do Sacramento.

Deveras o "sistema português" atenuara-se em 1750, ou infletira, em virtude duma intromissão providencial: o "sistema brasileiro" de Alexandre de Gusmão.

Não é arbitrário sintetizar assim séries prolixas de acontecimentos, ajustando-lhes rótulos que seriam absurdos no século XVIII.

Dois "sistemas"

Realmente há dois "sistemas" em confronto.

O primeiro é o da demarcação por um direito abstrato ou diplomático, em todo caso o direito que se acompanhava da ocupação. O segundo é o da delimitação, por um direito evidente ou real, numa palavra, a ocupação, que impelia consigo o direito.

Atrás do "sistema português" havia um sentido

imperial: era a expansão. E do "sistema brasileiro" um sentido nacional: era a consolidação.

Alexandre de Gusmão justificou o tratado de Madrid — a mais bela peça de chancelaria dos arquivos coloniais do continente — com o "utis possidetis": nunca mais abandonou o Brasil êsse critério sóbrio e justo de integração territorial. Para isto contou com um aliado rústico, exquivo, andejo e maravilhoso: o sertanista calçado com a sua bota de sete-léguas... Pleiteou e conseguiu que as fronteiras brasileiras respeitassem a prioridade bandeirante na conquista do solo: e isto nos bastou. D. João, porém, sonhara com a margem oriental do Prata, onde seus avós tinham mandado levantar uma fortaleza quatro vezes investida e posta abaixo — sôbre um razo talude do rio imenso... Sustentou, para lá chegar, um combate psicológico de que parecia incapaz na modorra em que os biógrafos o pintam — bonanchão, pacífico e lerdo; e venceu-o, contra um dos mais inteligentes ministros ingleses ligados à história de Portugal, o lúcido Strangford.

A LUTA DO REI VELHO

O caso merece sumariado. Aliás encontraremos adiante uma analogia que o moderniza. Quando em D. Pedro II reviveu a malícia plácida do Rei Velho... Lograra Strangford os três

melhores sucessos que um embaixador poderia então extrair do tumulto dos acontecimentos, em ambos os mundos: propiciara a transmigração da côrte; cobrara êsse auxílio com o pesado tratado de comércio de 1810 e obstara a que Carlota Joaquina se coroasse rainha do Prata. Strangford, porém, nos seus três triunfos contara com o apôio definitivo de D. João. Êste enganara Napoleão, fingindo desligar-se da Inglaterra, embora mais fiel do que nunca à aliança secular; mediante o tratado mercantil estimulara os ingleses a libertar o reino do invasor francês; e não consentira na aventura da mulher, que lhe causaria dois grossos embaraços: daria ao país vizinho uma rainha trêfega e ambiciosa, a mesma princesa que em 1806 pretendera destronar o marido; e alienaria a boa vontade de Sua Majestade Britânica, em cujos planos não entrava a restauração espanhola em Buenos Aires. Strangford, portanto, sentia-se indispensável. Nada se fazia no terreno internacional sem a sua audiência. A expedição de D. Diogo de Souza, em 1811, voltara a quartéis por exigência dêle. Queria que D. João se abstivesse de qualquer interferência no sul. E mais: que regressasse à Europa. Palmela revelaria, vinte anos depois: uma armada inglesa chegara a ir ao Rio de Janeiro para transportar a família real.

D. João resolveu desembaraçar-se do glorioso ministro: e foi magistral no golpe. Pouco mais

de dezembro de 1822, na situação ímpar de herdeiro de instituições decrépitas (a Idade Média dos reis de direito divino) abraçado às novidades ideológicas da Revolução Francesa: constitucional, representativo, aliado dos povos democráticos contra os augustos senhores da Santa convenção de Viena.

Não lhe perdoavam os reis seus parentes dois excessos: a ruptura com o Pai, cindindo o Reino Unido; e o liberalismo que arvorara em bandeira de combate. A heresia dúplice irritou Metternich: exatamente porque D. Pedro I era o primeiro príncipe que voluntariamente, romanticamente, embraçava o escudo dos "imortais princípios", num desafio aos vencedores de Napoleão! Mas a América, das Repúblicas recentes e "carbonárias", recebeu de má sombra o advento do Imperador — português, primogênito e (sussurrava-se, sem razão, instrumento...) de um rei que executara durante o seu reinado americano a inflexível política portuguesa sôbre o Rei da Prata, genro do Imperador da Áustria, exceção perigosa — de homem forte e ambicioso — em meio às débeis nacionalidades "acaudilhadas" por seus heróis, em quem se misturavam traços de César e Pompeu... Canning, protetor da Independência das antigas possessões ibéricas, preferiria uma República, ou algumas Repúblicas, do feitio geral; e os Estados Unidos relutariam em

aceitar a realidade — daquele príncipe, desavindo com a família, a proclamar-se "Defensor Perpétuo" dos brasileiros...

A questão da Cisplatina, que recebêramos de Portugal, precipitava um antagonismo de definição e de ideais, entre as Províncias Unidas do Prata e o palácio de S. Cristovão. E a intranqualidade interna imobilizava, nos seus quartéis de observação e de reserva, as forças do Império nascente.

Cumpria à diplomacia o trabalho hercúleo de desfazer, aquem e além do Atlântico, as prevenções complexas; localizar no estuário do Prata o conflito à roda da Cisplatina, e apartar gradualmente dos problemas europeus o Brasil, cada vez mais indiferente aos tumultos da outra margem do oceano.

Intuição americana

A eficiência dos agentes do Imperador honra-lhes o tino, a inteligência dúctil e o patriotismo: mas seria injusto esquecer, nesse ról de altos méritos, a própria intuição — superior à mediocridade de seus estudos — de D. Pedro I.

Teve em 1822 uma auxiliar insuperável: a arquiduquesa Leopoldina sua espôsa. Correspondia-se com o pai, chefe da Santa Aliança, e dizia-lhe:

"O meu marido que infelizmente ama tudo que é novidade..." (Carta de 23 de Junho) — para logo acrescentar: "A nossa viagem para a Europa torna-se impossível porque excitaria o nobre espírito do povo brasileiro; e seria a maior ingratidão e mais grosseiro êrro político se todos os nossos esforços não tendessem a garantirmos uma *justa liberdade...*" (Carta de 8 de Agôsto). Acreditava no Brasil: Êle (o Império) *nunca se submeterá ao jugo* da Europa, podendo entretanto, com o tempo, *lhe ditar leis*". E definia a preocupação secreta do príncipe-conspirador — absolutamente diferente da que lhe imputavam os "jacobinos", seus adversários:" Estão trabalhando para formar uma Confederação de Povos no sistema democrático *como nos Estados livres da América do Norte*". (Cit. de Luiz Norton, *A Côrte de Portugal no Brasil*, p. 452).

Receios de Monroe e Bolívar

A reação imperial contra os domocratas e a repressão trágica da revolta de Pernambuco, precedendo à guerra do Sul, na aparência justificaram os receios americanistas de Monroe; consolidaram, entretanto, a posição diplomática do Brasil na Europa.

Os Estados Unidos foram a primeira potência a reconhecer-lhe a emancipação. James Monroe, porém, queixara-se a Carlos Alvear, em 1824: "O govêrno do Brasil tem mui estreitas relações com os soberanos da Europa e as que mantém com os novos Estados são de mera cortesia, e solapadas..." (Carlos Ibarguren, *En la penumbra de la Historia Argentina*, p. 91). E, por essa época, Simão Bolívar pensava seriamente em colaborar com os portenhos em "la destrucción del imperio". (Vd. carta de Dorrego a Lavalleja, 15 de Julho de 1826, *Arch. del General J. A. Lavalleja*, p. 164) em forma duma cruzada, contra o remanescente das idéias velhas, e da teologia monárquica...

O equívoco desfeito

Ambos os estadistas ignoravam na sua feroz simplicidade o pensamento do nosso imperante moço e contraditório. Imaginavam-no ligado aos interêsses austríacos ou ingleses, conforme lhe soprassem de ultramar os ventos, favoráveis à Santa Aliança ou aos liberais de Manchester: de fato, êle aborrecia a intriga daquelas côrtes afastadas, aspirava a um americanismo construtivo e só iria à luta em último caso.

Um papel inédito

Vejamos um papel inédito. E' a carta de 2 de Março de 1826 que escreveu da Baía ao seu ministro Vilela Barbosa — falando de um encontro, azêdo e pitoresco, com o ministro britânico Charles Stuart:

"Baía 2 de Março de 1826. Meu Vilela. Nesta mesma ocasião lhe escrevo relativo à minha viagem, chegada, etc. Ontem entrou neste pôrto o Stuart, que logo me veio procurar (eram 5 h. da tarde) e disse-me que tinha recebido ordem para vir falar comigo à Baía, e que queria tratar, respondi-lhe que em quanto a falar com êle, o estava naquele momento cumprindo, e em quanto a tratar não podia, porque não tinha cá o meu conselho de estado. Queixou-se-me dos Ministros, e de lhe não ter participado a minha vinda à Baía, e que se queria ir para Inglaterra; respondi-lhe em tom mui sério, que podia ir para onde quisesse, que eu nada tinha com isso, que a Europa toda seria quem se queixasse dêle não esperar (como devia) a ratificação, que Eu não esperaria pelo Rei da Inglaterra quanto mais por êle, que eu tinha em o dia da saída mandado dar um tiro a bordo da Nau, muito de propósito para que êle soubesse que eu estava ali, e não queria esperar por êle. Disse-me ultimamente que a guerra de Buenos Aires era desastrosa para o Brasil pois que Bolivar marchava com 12 mil homens, e vinha aproximando-se às nossas fronteiras, respondi-lhe que eu não tinha mêdo do Rei da França, Inglaterra, ou outro qualquer, quanto mais de Bolivar, que eu sabia morrer com a espada na mão, e que ultimamente se êle queria tratar comigo fôsse para o Rio de Joneiro pois que Eu para lá saía dia 21 do corrente.

Ora aqui tem Você o que com êle passei, e parece-me acertado (se Você julgar conveniente) que o Ministro dos Negócios Estrangeiros participe ao Canning, que Eu depois de ter esperado pelo Stuart 23 dias, e vêr que êle andava pelas Províncias unicamente a divertir-se, e exigindo as circunstâncias internas do Império que Eu visitasse a Província da Baía, assim o fiz, e por tanto toda a demora, que tem havido nos negócios entre o Brasil e a Inglaterra a causa é o mesmo Stuart.

Acho bom que se diga isto, primeiro que êle para lá mande dizer outra coisa.

Imperador."

(Doc. do arquivo do marquês de Paranaguá, que acaba de ser oferecido ao Instituto Histórico Brasileiro, por nosso intermédio, pelo Exmo. Sr. Francisco de Carvalho Brito Gorjão, de Lisboa).

Mudança de rumo

E' depois da mediação de lord Ponsomby que o Imperador rompe com a tradição diplomática de D. João VI e encarta na missão do marquês de Santo Amaro um alvitre alarmante.

O plenipotenciário — em 1830 — trataria de conversar nas côrtes européias sôbre a possibilidade de virem príncipes de sangue ocupar vários tronos sul-americanos! Era, no pensamento

anterior à revolução liberal que derrubou os Bourbons, uma solução para a "anarquia", eventual... Santo Amaro nenhum passo deu nesse terreno escabroso. Os acontecimentos de julho de 1830 cortaram-lhe o fio às negociações. Paradoxo que tem a sua ironia discreta: o príncipe que gostaria de semear corôas pela paisagem americana perdeu a sua no ano imediato e, apóstolo do liberalismo, foi em Portugal implantar, de espada em punho, o regime representativo, de que parecia inimigo jurado.

As instruções secretas da missão Santo Amaro foram em 1843 reveladas a Manuel Moreno pelo "Foreign Office". Não se incluem na história da diplomacia brasileira porque correspondem antes a uma sugestão de ordem privada: desapareceram com o regime tombado em 7 de abril de 1831.

Não fôra a comunicação de Manuel Moreno ao govêrno de Rosas — numa época em que a estrêla de D. Pedro II se levantava acima de um horizonte nebuloso — e daríamos por apócrifa ou descompassada a singular incumbência. D. Pedro II, diga-se desde já — mostrou-se insensível à aventura de seu primo o arquiduque Maximiliano no México; ganhou — ao contrário disto — a simpatia de Abraão Lincoln; e ao ter notícia do epílogo de Queretaro não se lembrava mais, com certeza, de que seu pai imaginara muitos Maximilianos a transportarem para a América as insígnias, as águas e a etiqueta do Shoenbrunn...

A REGÊNCIA E AS PURAS INTENÇÕES

A regência não poude acentuar nenhum rumo perseverante de política externa. Fundada num período de líricas expansões nacionalistas, o seu liberalismo foi americanista, republicano, generosamente pacífico. Antônio Ferreira França votava, em 1831, pela federação das nações americanas, à maneira do que Hugo haveria de propôr para a Europa mais desunida do que nunca. A linguagem dos ministros diplomáticos da Regência refletiu, em todos os países, o sincero anelo de paz que empolgara aquela geração condenada a lutar com heroismo em campo mais restrito: a área nacional de suas dissenções internas.

Abre-se naquela época o ciclo de insurreições, a mais extensa das quais, a Revolução Farroupilha, imbricava-se com a crise platina, a ela associada intimamente. Rosas governava, "Protector de las Leyes", em Buenos Aires. Montevidéo enchera-se de inimigos seus. Cada uma das revoltas dominadas pelo presidente da "Santa Confederacion" espalhava pelos países vizinhos os jovens emigrados que açacalavam nas raias da República os sabres para novas, repetidas investidas. O Uruguai é prêsa de uma contenda cruel: de um lado Oribe, do outro Frutuoso Rivera. Êste não perdia de vista o Rio Grande. Aquele recebeu um apôio completo de Rosas. Essa demorada

guerra uniu as fôrças rosistas e oribistas em cêrco à cidade de Montevidéo, que resistiu — Tróia americana lhe chamou Dumas! — dez anos.

O PROBLEMA DO SUL

Os "farrapos" gaúchos podiam entender-se com Rivera; jamais quiseram o concurso de Rosas. Entre um e outro havia um abismo: essa incompatibilidade foi pelo barão de Caxias transformada um dia — 1844 — em nobre estímulo à pacificação da província. O Imperador, ao tomar nas mãos infantís as guias do Estado, via-se no dilema de sacrificar à pronta vitória sôbre os rebeldes do sul os seus aliados virtuais do Uruguai; ou de acentuar a divergência com D. Juan Manuel de Rosas, facilmente a descambar para uma guerra intempestiva. D. Pedro II não imitou a afoiteza estouvada de D. Pedro I: usou de uma paciência fria e de uma pertinácia tranquila que teve um prazo largo de evolução. Dez anos!

A SITUAÇÃO EM 1843

Em 1843 — ano fértil em acontecimentos decisivos, quando retomou o Império uma política exterior que podia rotular-se também de "sistema", porque foi inexoravelmente realizada pelo soberano — em 1843 a situação era complicada e torturante. Rivera, amigo dos "farrapos", fôra batido em Arroio Grande por Urquiza, o que tornara precária, quasi insustentável a defesa de Montevidéo. Para o govêrno de S. Cristóvão a derrota do caudilho oriental equivalia à destruição de uma das alas — a ala flutuante e indefinível — do exército que o barão de Caxias procurava bater nas *cochilhas* meridionais. Instintivamente, pois, dava as mãos ao general portenho por sôbre a "Troia Americana", cuja integridade era mais do que um interêsse e do que um compromisso: era a sua palavra.

As vistas dos homens de Estado que cercavam o imperante de 17 anos não iam muito além dos campos de batalha do Rio Grande: porque a guerra civil demasiadamente se prolongara e ameaçava ainda abrazar, com as suas fagulhas, outras províncias lavradas pelos velhos ódios partidários.

Em 1837 a Baía aderira tacitamente à rebelião de Bento Gonçalves, aí subjugada em parte pelas tropas expedicionárias que iam seguir do Rio de Janeiro para os pampas. Em 1842 Sorocaba e Santa Luzia mostraram ao Império que o ciclo das agitações internas não se encerrara ainda. O brigadeiro Tobias escapara-se para o sul como um possível agente de ligação entre facções alertadas para recomeçarem a luta. Era de absoluta

necessidade a pacificação do Rio Grande: a seu serviço empenhou-se a espada nunca vencida de Caxias. Tomaz Guido, ministro de Rosas no Rio de Janeiro, aproveitou-se dessa oportunidade sem precedentes e negociou com Aureliano e Honório Hermeto Carneiro Leão um tratado capaz de modificar a fisionomia política da América do Sul. E' o tratado de 27 de março de 1843.

O TRATADO QUE SALVARIA ROSAS

Êsse diploma tem sido encarado como uma infeliz transação do govêrno imperial e como um êrro de Rosas.

Devéras é a expressão de um momento histórico: sòmente o compreenderemos situando-o naquele ano de extraordinários sucessos.

Acordaram o representante argentino e o gabinete imperial uma aliança defensiva e ofensiva, que se traduziria logo no fornecimento ao exército legal, em operações no Rio Grande, da cavalhada de que precisava para acabar a guerra. O auxílio de Rosas exigia do Brasil o seu repúdio a Rivera (pois o tratado era declaradamente "contra Fructuoso Rivera y los revolucionarios del Rio Grande"), vale dizer, franco favor dispensado a Oribe, que, destarte, ganharia sem mais tropeços a sua campanha árdua.

Até aí o ajuste parecia claro e completo.

Mas as discussões que o antecederam tinham revelado uma discordância inicial: a teimosia do chanceler brasileiro em pretender que constasse do convênio limites do Uruguai. Essa "fijacion definitiva de dichos límites" (como se exprime Guido, em nota de 9 de fevereiro) afigurava-se-lhe descabida; desejava que constasse apenas a declaração de que a independência do Uruguai seria conservada. Mas a Honório importava uma garantia mais certa dessa independência e — o que era capital — a segurança de que, investido Oribe, pelas armas rosistas, no govêrno oriental, o Império não se veria a braços com uma questão fronteiriça, que o surpreenderia fraco (porque a guerra no Rio Grande prosseguia), moralmente sacrificado (uma vez que Rosas era seu aliado, perante a Inglaterra e a França então hostís a êle) e talvez em circunstâncias de não poder defender-se a tempo de fôrças superiores — quais as do ditador e do seu protegido — apostadas em realizar o plano obscuro e largo que os unitários e os liberais argentinos não se cansavam de denunciar... Principalmente fazia o Império questão da soberania uruguaia, como a estipulara a convenção de 1828. Não abandonou, em nenhuma ocasião, depois de 1831, essa atitude que tinha a firmeza das resoluções inabaláveis e a tranquilidade dos temas indiscutíveis. Guido, para que o tratado fôsse feito, consentiu-o com uma fórmula plástica: previa-se um tratado definitivo, ou

complementar, no qual seriam discriminados aqueles limites. O Imperador subscreveu o convênio. Enviou-o, Guido, pressuroso, a Buenos Aires: e Rosas reprovou-o sem muitas explicações. Alegou "poderosas razones" "para no ratificar ese tratado..."

Era desconcertante; sobretudo alarmou o govêrno imperial, que se achou diante de fatos graves e confusos: a Inglaterra e a França acabavam de concordar com o bloqueio de Montevidéo, isto é, a submissão da República a Rosas e Oribe; a praça sitiada não poderia resistir muito tempo; Rivera, batido, e em contacto com os "farroupilhas", não constituia um sério embaraço para o triunfo oribista; êste, em condições de animosidade com o Império, pressagiava, para dias próximos, a deflagração da luta, que até aquí se fizera por evitar; nem podia D. Pedro II responder depois pelo equilíbrio platino, uma vez desamparada à fatalidade dos acontecimentos a cidadela "colorada".

Tomaz Guido, nestas aperturas, pensava com leal superioridade.

No seu arquivo leem-se nobres palavras de queixa acêrca da sumária recusa de Rosas em pôr-se em harmonia com o Império.

Houve quem duvidasse de sua sinceridade. A sua correspondência documenta-a. "Mi error (escreveu êle a Aranda, em 18 de Abril de 1843) llegaba al punto de quedar persuadido que echaba

un punte al abismo abierto en la Banda Oriental por la traición interior y la inquetud estrangera". Previa, outrossim, que o homem de Palermo assinara a sua sentença de morte.

Sinimbú e a sua intervenção

Sinimbú, ministro brasileiro em Montevidéu, em Setembro encetou de "motu proprio" (mas interpretando o pensamento de suas instruções) a política do Brasil no sentido contrário ao seu rumo anti-riverista e de congraçamento com o potentado portenho — que a rechassara tão inexplicavelmente. A França e a Inglaterra conformavam-se com o bloqueio. Restava o Império. D. Santiago Vasquez, ministro de Estrangeiros, correu à legação e pintou, ante os olhos consternados do diplomata, a terrível situação a que se chegara. Se o Brasil anuisse ao bloqueio, acompanhando as potências européias na inversão de atitudes, que era o abandono da cidade aos sitiantes, esta logo se renderia. Seria o fim da luta conhecida; o princípio da paz... desconhecida.

Sinimbú compreendeu o problema nos seus aspectos múltiplos: e respondeu, que a frota brasileira ao mando de Mariath não reconheceria o bloqueio. A frota compunha-se de dois navios. Entretanto a esquadra de Brown, fundeada ao

largo, era de sete unidades. Prevaleceu a energia da decisão. Os barcos brasileiros com toda a sorte de gêneros continuaram a abastecer a praça; e Montevidéu não capitulou.

Caxias, Pimenta Bueno e Abrantes

No Rio de Janeiro, a intervenção de Sinimbú foi apreciada ao sabôr das opiniões desencontradas. Aprovou-a o árbitro da órdem interna, que era o Imperador. A missão de Abrantes foi a segunda fase de sua ação, já desembuçada, embora cautelosa e moderada, contra D. Juan Manuel de Rosas.

1844 opõe-se a 1843 em três fatos conexos: o êxito de Caxias no Rio Grande, a missão de Pimenta Bueno ao Paraguai e a missão de Abrantes a Londres e Paris.

O glorioso general apaziguou a província à fôrça das armas; mas sem esquecer a persuassão, a generosidade que apaga as divisórias entre vencidos e vencedores, o apêlo às altas razões patrióticas.

Caxias falára: "Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue". E sabia a quem falava... Canabarro uma vez mandara dizer a Rosas: "O primeiro soldado de vossas tropas que atravessar a fronteira fornecerá o sangue com que será assinada a paz de Piratinim com os Imperiais".

Logrou Pimenta Bueno, em Assunção, a inteira confiança do presidente Carlos Antônio Lopez. O Brasil não sòmente reconheceu com solenidade a independência do Paraguai, como se incumbiu de obter o mesmo reconhecimento às nações européias. O plenipotenciário preparou ainda a aliança entre o Paraguai e Corrientes, com o general Paz e os Madariaga, contra Entre-Rios, onde governava o principal soldado de Rosas, Urquiza.

Abrantes não alcançou os objetivos imediatos de sua missão, que tinha um propósito amplo: coligar os esforços anglo-franceses contra Rosas e em apôio de Montevidéu, e sondar as chancelarias sôbre a mais eficaz e razoável solução para o caso do rio da Prata. Aberdeen exquivou-se e Guizot pouco prometeu. Resultava disto uma certeza: que o Império teria de enfrentar sozinho o seu adversário. E para atingir, com o mínimo sacrifício possível, essa finalidade, precisava evitar a contemporização inglesa. Entre Rosas e D. Pedro II levantar-se-ia Palmerston.

A questão inglêsa

Aliás era mais difícil a conciliação com a Inglaterra. Porque os equívocos e as amarguras de que se entremeiavam então as relações anglo-

brasileiras tinham uma origem transcendente: o velho tratado de 1810...

E' uma história que principia com a transmigração da côrte e acaba em 1865, no panorama de Uruguaiana matizado de estandartes...

A Inglaterra queria continuar freguesa privilegiada do comércio imperial; e exercia, nos mares, a pressão gradual e eficiente de sua marinha antinegreira. Combatia o tráfico de que se nutria, faminta de trabalho escravo, a lavoura do Brasil. Dominava o Império a política escravocrata e conservadora, que recebia como uma afronta aos brios nacionais aquele policiamento do oceano. Em 1843 o tratado comercial foi denunciado. Em 1844 o "bill" Aberdeen concedia aos navios de guerra de Sua Majestade Britânica o direito de visita às embarcações do Império em alto mar, por que fôssem enforcados nas vergas os capitães traficantes da mercadoria humana.

Êsse tratamento drástico enfureceu a elite dirigente do Império. Evidentemente não podia ela pensar numa represália além da supressão do tratado mercantil, que interessava substancialmente à indústria de Lancashire. O geito seria extinguir, por seu lado, o tráfico negreiro, mediante leis implacáveis, de modo a retirar ao cruzeiro inglês o pretexto de sua desabalada perseguição aos brigues que levavam nos mastros as côres imperiais.

D. Pedro II viu a questão com esta simplicidade altruística. Enquanto os seus ministros de Estrangeiros representavam contra os rigores da execução do "bill" Aberdeen, estudou êle a maneira de aniquilar o tráfico com a intenção imediatista de conciliar-se com a Grã-Bretanha e a sua marinha, antes de um golpe — que teria repercussão mundial — no poder de Rosas.

As etapas de sua política de envolvimento do homem de Palermo são nítidas e coerentes: consolidação das Repúblicas oriental e paraguaia, troca de vistas com os Estados europeus interessados na contenda, harmonização com o mais forte deles e — com a pacificação do Rio Grande — preparativos bélicos do Império que o habilitassem a agir na ocasião própria.

O critério com que foi escolhida essa ocasião própria faz honra à prudência do monarca.

D. João VI e D. Pedro I teriam encaminhado um exército expedicionário através dos campos talados pela guerra civil, em socorro de um dos beligerantes. D. Pedro II preferiu intervir como um coordenador de atividades locais, economizando, com a influência, a violência... E' o que lhe dá, à entrada irresistível no teatro das operações em 1851, a fisionomia de um político sábio e humano. Com surpresa se verificou que obedecera ao conselho de Richelieu: como os remadores,

déra as costas ao seu objetivo — para realizá-lo sem tonalidades de catástrofe, sem impertinentes exibições de fôrça material.. .

Onde aparece Mauá

A lei de Eusébio de Queiroz, de 1850, chegou a tempo. Palmerston não apenas fizéra as pazes com Rosas — e San Martin remetera a D. Juan Manuel a sua espada, homenagem do herói de Maipú ao grande "criollo" do continente — como lhe franqueára o comércio inglês. Já agora o "Foreign Office" era contrário à intromissão do Brasil no drama da vizinhança.

A situação de Montevidéu voltara a ser penosa, insustentável como em 1843. Representava-a no Rio Don Andres Lamas.

O Imperador permite uma elasticidade maior ao seu projeto de derrubar Rosas: responde à suspensão dos subsídios franceses a Montevidéu com o financiamento que lhe outorga, por intermédio de Ireneu Evangelista de Souza (barão de Mauá). Mauá empresta o dinheiro com a garantia do tesouro imperial, para que a praça resista o tempo indispensável a uma combinação maravilhosa: é a aliança entre o Brasil, Urquiza e os defensores da cidadela.

Essa tríplice aliança é pontualmente selada pela junção dos exércitos: Pôrto Alegre, à frente

de uma divisão brasileira, cai sôbre o acampamento de Oribe, que se rende a Urquiza; e a marinha imperial passa Toneleros, levando à dianteira os navios de vapor encomendados em 1848 aos estaleiros ingleses.

A marcha combinada das forças de Urquiza e Pôrto Alegre estalou como um raio na imprensa estrangeira.

O Império desnorteara os planos de Lord Palmerston ! O seu ministro no Rio, Southern, fizera prodígios de habilidade para ultimar às pressas um acôrdo entre os governos argentino e brasileiro, que desligasse a êste da aliança de Urquiza. Rosas queria de qualquer maneira Urquiza. Vingar-se-ia do seu lugar-tenente, fôsse a que preço fôsse. Southern foi insinuante, convincente, fértil: e parece que Palmerston acreditou no êxito de sua mediação — com a qual o Brasil obteria, antes de lutar, a vitória imediata que bem entendesse.

Paulino (visconde do Uruguai) não cortou essas conversações: deixou que os fatos transcorressem na sua marcha impetuosa. Repete-se — dir-se-ia, entre o residente britânico e D. Pedro II, a remota cena de D. João VI e Strangford. Apenas então não precisava o soberano escrever uma carta; deixou que as operações militares, pontuais e breves, se antecipassem à ação diplomática.

Num ponto não transigia: êsse ponto era o seu "sistema".

Rosas apelou para Palmerston. Quando o ministério inglês se reuniu e se falou de Rosas, os estadistas se entreolharam, indiferentes. O "Times" publicára na manhã dêsse dia decretos e proclamações, que revelavam se ter rebelado Entrerrios em comunhão de esforços com o Brasil e o Uruguai. O chanceler oriental Herrera y Obes narrou ao general Garzon: depois daquilo, o gabinete reconheceu que "el Brasil estaba en su perfecto derecho: que había llegado el momento de que cesase el Gobierno del General Rosas y que así se comunicase a los agentes ingleses en las dos Republicas..." (Eugenio Garzon, *La Tragedia del Plata*, p. 84, Montevidéo, 1937). Monte Caseros foi o remate do extenso consulado de D. Juan Manuel. E o início do florescimento da República Argentina sob a inspiração civilizadora da egregia geração de Mitre, Sarmiento e Alberdi!

Depois de Caseros

Consumada tão completa, rápida e brilhante campanha, que modificou os destinos da América, o Império não revelou os pruridos ambiciosos, a inquietação ameaçante, sequer a impaciência insatisfeita que é a psicologia habitual das nações triunfantes.

Assegurára a independência inalterável da heróica República do Uruguai; ajudara a reintegrar-se a República Argentina na normalidade de instituições representativas e respeitáveis; e a natureza do seu litígio com o Paraguai era bem diferente das questões que mobilizam exércitos, desatam os caudais de sangue: uma querela antiga de fronteiras à espera das soluções inteligentes, equitativas e fraternas.

A política exterior do Brasil em 1853 era em relação ao Prata construtiva e apaziguadora, visando à conservação de uma paz estável; e em face do Paraguai, de entendimentos diretos à roda da navegação do rio internacional e da demarcação definitiva de limites. No primeiro caso o que interessava ao Império era uma boa vizinhança; no segundo, o livre acesso de sua própria província de Mato Grosso cuja porta de entrada era o rio Paraguai, vale dizer, a servidão de passagem coberta pela duana de Assunção onde vigiavam os navios brasileiros a suspicácia tradicional (herdára-a Francia) e a má vontade enigmática de um govêrno caprichoso e pessoal: o prudente govêrno de Carlos Antônio Lopez.

Ainda aí a cautelosa diplomacia de D. Pedro II não se descontinuou em atos precipitados, nem abusou das consequências naturais do seu imenso êxito platino. Seguiu, retilínea, a lógica do seu "sistema".

A falta que fez Garzón

O pior, quanto à serenidade no estuário do Prata, fôra a prematura morte do general Garzón, candidato de todas as correntes à presidência do Uruguai.

O chefe do estado-maior de Urquiza, antigo oribista, herói do exército bolivariano, veterano de Ituzaingó, resumia na sua história romanesca o drama sul-americano nos seus contrastes e nas suas surprezas: em 1852 seria providencial.

Falecendo Garzón, os partidos emergiam da invasão com as suas contas em cobrança e as suas incompatibilidades trágicas. *Blancos* e *colorados*. Aqueles hostís ao Império, que os rechassara; êstes próximos do Império pelas tradições do bom auxílio do tempo do sítio... Recomeçava a agitação. E nesse indefinido borborinho engendrou-se uma intriga inextricável: levava no bôjo as razões da *guerra grande*, o tremendo sacrifício do Paraguai.

Andres Lamas percebeu com patriótico discernimento o êrro que se elaborava, na vertigem das recriminações facciosas: e tentou um passo audaz. Seria um acôrdo tríplice, que constituia por árbitro das lutas internas e de projeção exterior no Prata o Imperador D. Pedro II.

Achara o diplomata que essa proposta era o papel mais importante ainda confiado a um mensageiro nesta parte do mundo — quando o mandou, nos trâmites da negociação, para as autoridades a quem tocava de mais perto.

Não lh'o receberam com êsse otimismo. Tambem a D. Pedro II não sorria a idéia de meter-se a fundo nas questões alheias. Não fôra a interrupção das normas de pacífica vizinhança com o Paraguai, e decerto a sua propalada política intervencionista houvera sido outra.

Causas e razões

Largos eram os interêsses brasileiros na campanha oriental. Habitavam-na dezenas de milhares de brasileiros, naturalmente adeptos do partido "colorado", e a quem os "blancos", subindo ao govêrno, inquietavam com a intolerância peculiar aos costumes rurais e à exaltação de espíritos que reinava na República. Isto era o mal — crônico e inextirpável por enquanto — duma intimidade excessiva da diplomacia com a pequena política local. Apenas, no estado em que as cousas se achavam, não aparecera melhor modo de interferência... Oribe e D. Fructos reviviam, na separação dos grupos e no fôgo das idéias... Os "blancos" repudiaram os compromissos que os "colorados" tinham aceito em 1851. Nos entrementes o Paraguai se preparava para

mudar de atitude: a resistência silenciosa passaria à reação de imprevisto. 1854, 1857, 1862...

A questão de Christie amorteceu um instante essa sequência de acontecimentos que tinham um nexo de fatalidade na sua evolução lenta.

O conflito de 1862

A crise conhecida por *questão de Christie* é mais uma ressonância do que um choque, mais uma liquidação do que uma abertura, mais um desajuste, a indicar que outra época se inaugurára, do que um desentendimento grave. Christie é a última metamorfose de Strangford.

O elegante e loiro Strangford do retrato de Laura Junot, o útil Stuart, o tranquilo Ponsomby, o diligente Southern, Christie nervoso e rude montam sentinela a um princípio, que era antes um legado — do século XVIII e do tratado de Methuen — do que uma política ativa e orgânica.

Em 1862, como em 1850, como em 1828 e em 1809, uma estação naval britânica lembrava ao pôrto do Rio de Janeiro e aos seus habitantes a velha fôrça amiga e vigilante de Sua Majestade Britânica. Christie questionava com amargura sôbre a sorte dos africanos aprezados; e logo se encontrou, exacerbado, diante de dois incidentes de valor secundário: a pilhagem anônima dos

salvados da barca "Prince of Wales", na costa riograndense, e o desacato sofrido por oficiais à paisana da "Forth"... Exigiu tais cousas que o govêrno imperial teve de contrariá-lo de um modo formal. Sem consulta ao seu govêrno, agindo segundo o ímpeto de sua própria indignação, o ministro lançou um "ultimatum" e, com um luxo de violência, fez que o almirante Warren tomasse na barra do Rio de Janeiro alguns navios mercantes.

O govêrno do Brasil mostrou-se nessa emergência forte e digno, e foi amplamente desagravado, tanto pelo laudo arbitral, que reconheceu a justiça do seu procedimento, como pelas satisfações que a rainha Vitória mandou dar-lhe pelo ministro Thornton, em condições altamente lisonjeiras para o amor-próprio do imperante, de sua política e do povo brasileiro.

Mitre e López

A interrupção de relações com a Inglaterra de um lado, do outro a guerra civil nos Estados Unidos, desamparavam a política do Prata à inspiração dos governos e dos tumultos locais.

Dois fatos de inversas consequências registaram-se em 1862.

D. Bartolomé Mitre assumiu a presidência da Argentina: era a paz. Francisco Solano López investiu-se na direção do Paraguai: era a guerra. Mitre amava o Brasil; López detestava-o. Mitre compreendia os homens cujo apôio o comovera quando era um jovem alferes de artilharia a defender Montevidéu. cuja fôrça o entusiasmara na jornada de Toneleros, cuja camaradagem o orgulhara na manhã de Caseros. López desconfiava do Império que queria forçar a passagem do Paraguai, demarcar os seus limites fora do traçado proposto por Francia e o primeiro López; e — vindo da França de Napoleão III — acalentava um sonho análogo ao de Rivera quando, à vesperas de Arroio Grande, arquitetava restaurar os projetos de Artigas e criar o Uruguai Maior. Êsse Paraguai Maior abarcaria de uma banda Corrientes e da outra o sul de Mato Grosso. O deserto atraía-o. O amplo pantanal além de Miranda, das serras de Maracajú, do Apa, exercia sôbre a sua imaginação cálida uma influência dominante. E julgou-se inexpugnável atrás de três defesas maciças e técnicas: Curuzú, Curupaity, Humaitá. Os "blancos" do Uruguai lograram a sua confiança. Mitre era o amigo dos "colorados" de D. Venâncio Flores. Urquiza, recolhido à sua província de Entre-rios, envelhecido, mas ainda temível, pendia para os oribistas e López.

Foi quando o Império expediu para o Prata a missão Saraiva, taxada por Mauá de equívoco excusável, mas encarecida pela diplomacia como uma imperiosa necessidade de proteção dos súditos brasileiros tormentados pelo revolução que se declarara na República Oriental, oprimidos pelas represálias, ao tempo em que o govêrno "blanco" de Montevidéu se recusava a satisfazer as antigas e reiteradas reclamações do Brasil.

A missão de Saraiva era pacífica, pois o plenipotenciário fôra escolhido entre os mais calmos e hábeis políticos da monarquia. Mãs, nas conjunturas do Prata, seria inútil ou ridícula se não se acompanhasse de fôrça para atestar os propósitos, senão o "sistema", a que obedecia. Falhou. Foi um preliminar e brusco fracasso.

Tamandaré, chefe da esquadra, respondeu a êsse insucesso reconhecendo a beligerância a D. Venâncio Flores (o que era sumamente agradável a Mitre). Os "blancos" enviaram os seus agentes a Assunção para solicitar o apôio de López; e o exército brasileiro, que invadiu a República Oriental a título de cooperar com a pacificação de Flores, teve primeiro de vencer a desesperada resistência de Paisandú.

Se López àquele momento interviesse e lhe fôsse possível juntar as forças às de Leandro Gómez,

antes da queda de Montevidéu, as dificuldades tomariam um vulto espantoso. Mas se retardou. Paranhos (sucessor de Saraiva) interferiu para que a entrega da capital a D. Venâncio Flores se fizesse sem efusão de sangue. Implantado no Uruguai o regime "colorado", que oferecia ao Brasil a segurança de uma proveitosa e cordial vizinhança, e, como em 1851, como em 1843, como em 1828, respeitada ainda uma vez a integridade e a soberania do país-irmão, tudo sossegaria nessas paragens fluviais se López, seduzido pelos mensageiros "blancos", não se precipitasse — de surpresa — numa guerra que, uma vez iniciada, só poderia concluir com o seu aniquilamento.

Guerra de morte — a da Paraguai é o tipo das lutas perfeitamente economizáveis, uma vez os governos animados de um sério respeito da vida e da tranquilidade dos povos. Nada forçava López a tomar a ofensiva. Achava-se diante do fato consumado no Uruguai, como Palmerston diante do fato consumado na Argentina. Cometeu o êrro ingênuo de adotar um partido: o dos vencidos — contra Flores e os seus aliados, D. Pedro II e Mitre. E desfechou dois golpes no vazio — invadindo o Mato Grosso e Corrientes — precedidos de uma agressão ao Império: prendeu, em águas de Assunção, o vapor "Marquez de Olinda", sem prévia declaração de guerra.

A TRÍPLICE ALIANÇA

Positivadas as hostilidades, o gabinete de S. Cristóvão aplicou os seus métodos clássicos na solução dêsse problema, muito mais extenso e penoso do que todos os demais da nossa história diplomática: porque a inteligência dos estadistas tinha agora de pautar-se, não pelas conveniências de um pacifismo utilitário, porém pelas exigências do decôro nacional — que se desagravaria com a expulsão do invasor — e pelo empenho de dar à réplica a energia de um protesto coletivo, dos governos triplicemente lesados.

Daí o desenvolvimento do "sistema" em duas ordens de providências: a ação militar, manifestada na contra-ofensiva em Mato Grosso e na marcha sôbre Uruguaiana; e o tratado que Francisco Otaviano e Tamandaré pactuaram em Buenos Aires, em 1 de maio de 1865, unindo, para a guerra a Lopez, a República Argentina, o Uruguai e o Brasil.

Essa coalisão apresentou-se, na pessoa dos três chefes de Estado, diante de Uruguiana onde a divisão paraguaia de 5 mil homens do coronel Estigarríbia fôra encerrada, condenando-se a uma rendição incondicional.

Foi alí, diante de D. Pedro II, Mitre e Flores, que o ministro Thornton significou ao Imperador

que a rainha Vitória se congratulava pela terminação do incidente de 1862.

A guerra dos cinco anos pôs à prova o "sistema" do Brasil e foi ganha do modo implacável que sabemos graças à firmeza, à serenidade dessa mesma política, cautelosa na iniciativa mas irredutível na obtenção dos seus resultados, tanto que empenhada em completá-los.

"A GUERRA NÃO DÁ DIREITOS!"

Terminada a campanha como a quisera D. Pedro II, o Império, cultivando com o mesmo cuidado as boas relações com a Argentina e o Uruguai, estendeu ao Paraguai a proteção de sua generosidade sem incoerência e sem avarezas. Nada de anexações, represálias ou penhores, que tivessem o sabor duma conquista, opressão ou vingança.

Propiciou a implantação no Paraguai de um regime liberal; entregou-o ao govêrno de seus próprios filhos; respeitou-lhe a integridade e o restituiu à plenitude de sua soberania, maravilhosamente merecida. Fez honra assim às dezenas de milhares de soldados insuperáveis que deram o sangue pela Pátria nos campos de batalha — as mais encarniçadas e consideráveis do continente; e, de recompensa a essa conduta, que es-

tava em contraste vivo com as práticas dalémmar, recolheu uma compreensão defintiva. A guerra acabou sem ódios perduráveis. Sem *irredentismos*. Sem ônus para as gerações futuras.

PALAVRA DE REI

Atritaram-se acidentalmente os aliados, em 1872, em razão da interpretação dada ao tratado de 1865 quanto à paz conjunta. A pressa que teve o Império de assiná-la com o Paraguai, em separado, sem atenção às reclamações que o govêrno de Sarmiento lhe opunha, bem a entendeu Mitre, na sua festejada missão ao Rio de Janeiro que obstou a mais séria desavença. Equívoco, aliás, que dependia do senso político, da limpidez de observação dos estadistas: e melhor do que ninguém isto pôde verificar Nicoláu Avellaneda, na sua viagem à côrte em 1886. Êle mesmo nô-lo diz. Em conversa com o Imperador, venerável e meditativo, espécie de patriarca — com as barbas bíblicas, alvas e bastas, barbas que de todo branquejaram durante os cinco anos da guerra do Paraguai. portanto imagem respeitável de um passado de conciliações, de lutas, de acordos, de entre-choques e de soluções, meio século de história americana! — lhe disse D. Pedro II num tom irretorquível: Enquanto vivesse, a paz não

seria perturbada neste hemisfério! Palavra de rei. A paz, enquanto êle viveu, não foi perturbada neste hemisfério.

Um caso simbólico

E' simbólico o caso de Missões — última divergência de limites entre as duas potências amigas.

Sobretudo é interessante essa questão pelo conflito que se evidencia entre mentalidades e épocas, eventualmente encarnadas em homens de temperamentos contraditórios. O visconde de Cabo Frio de um lado; Quintino Bocaiuva do outro lado.

Cabo Frio é o "sistema" imperial na sua intransigência burocrática, na sua calma cerimoniosa, na sua placidez cheia de dignidade, tradicional e incorrúpta. No tumulto do parlamentarismo, que desloca de contínuo os chanceleres, êle representa — como o Imperador no cimo do Estado — a coerência dos tempos. E' o Ministério das Relações Exteriores nos segredos dos seus arquivos, na polidez de suas notas, no primor de seu protocolo, na gravidade de sua etiqueta. na pontualidade de seus despachos e na perseverança dos seus métodos.

A questão de Missões devia ser resolvida como as outras, em tôrno de contestados territórios:

pela arbitragem livremente consentida e antecipadamente acatada pelos litigantes.

O visconde de Ouro Preto, derradeiro presidente do Conselho da monarquia. assinalou o seu govêrno com dois atos decisivos, que ficariam na história diplomática do país como emblemas de uma orientação característica: aderiu entusiasticamente à primeira conferência pan-americana convocada pelos Estados Unidos (sendo o Brasil a nação sul-americana a cujo critério se deixou, inicialmente, a realização do conclave); e remeteu a questão de Missões a um arbitramento que, uma vez realizado, satisfaria a ambas as potências. Isto em setembro de 1889. Em novembro caíu o Império. E a República surgiu com outros temperamentos políticos, o seu idealismo acalorado por um sentimento mais intenso e mais popular das soluções instantâneas, dos êxitos imediatos. E' a hora de Quintino Bocaiúva. E êste a antítese do visconde de Cabo Frio. Em Montevidéo, apressou-se em substituir o convênio anterior por outro, que dividia equitativamente o território. O govêrno provisório e o Congresso, aliás, aconselhado pelo próprio Quintino. desaprovou êsse segundo tratado provisório; e subsistiu o acôrdo para a arbitragem, confiado, na América do Norte, ao zêlo de um advogado incomparável. A hora de Quintino passara. Cabo Frio prevaleceu, com a sua paciência e o seu "sistema". A hora era do diplomata que foi de-

fender perante o presidente Cleveland os direitos do Brasil: espadaúdo, alto, a fronte descoberta, encanecido mas vigoroso, educado nas tradições políticas do Império cuja história escrevia com exatidão e bom gôsto, filho de um brilhante homem público que ligara o nome à reforma do elemento servil — José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco.

Os Estados Unidos e a República

A queda do regime monárquico surpreendera e interessara a América do Norte. Não se imaginava em Washington — ao inaugurar-se a primeira conferência pan-americana — tão próxima a República no Brasil. O ministro americano no Rio de Janeiro, Robert Adams Junior, nenhuma palavra acêrca da conspiração republicana — transparente e extensa — transmitira ao seu govêrno, que recebeu, perplexo, uma informação definitiva, a 16 de novembro de 1889:

"Opinion republic sucessful await instruction".

Reiterou-a Adams no dia imediato.

"Do Rio, 17 de novembro. Blaine. Washington. Imperial family sailed today Government de-facto with ministry estabilished perfect ordered maintened important we acknowledge republic first. Adams."

Os dois telegramas transcritos (vimo-los no Arquivo Nacional, de Washington) exprimem um júbilo inicial e uma doutrina clara. O único Império no continente — que tanto inquietara Monroe — já não existia; e convinha aos Estados Unidos reconhecer antes dos demais países a nova ordem de coisas, a que assim se aliaria desde logo, dando-lhe um apôio muito útil e muito oportuno. A presença de Rui Barbosa no Govêrno provisório (poderia acrescentar Adams) era uma garantia das opiniões "americanas" do regime estreante. O decreto número um, seu primeiro ato, ainda em 15 de novembro, "organizára-o" segundo o modêlo federativo, dos Estados Unidos. Significava isto a vitória da ideologia defendida meses antes, no "Diário de Notícias", pelo mesmo político: ideologia inspirada pelos juristas americanos, iluminada pela experiência americana, feita de leituras americanas traduzidas a vernáculo com o vagar e o zêlo duma devoção fiel... Previa outrossim o diplomata que o Govêrno Provisório, socorrido da boa vontade "yankee", resolveria facilmente as suas dificuldades na Europa e os seus graves problemas internos. Confirmou, em carta para o Secretário de Estado — a 19 de novembro, fôra a incruenta revolução, "the most remarkable ever recorderd in History...". Avisou, em 28 de dezembro, que Portugal e a Inglaterra ainda se recusavam a reconhecer a República. E com êste contraste — entre as sim-

patias continentais e as desconfianças européias — como que antecipou a linha de conduta da América do Norte na crise brasileira de 1893.

A interferência norte-americana, visivelmente favorável ao marechal Floriano durante a revolta da esquadra, decorrêra sem dúvida das afinidades estabelecidas, entre ambos os govêrnos; e pode-se dizer que começou dois dias depois do conflito, quando, em 8 de setembro de 93, o ministro Thompson telegrafou para o State Department: "Immediate presence naval vessel advisible". (Doc. in Nat. Arq., Washington, D. C.). No mês seguinte confidenciou para o seu chefe: que o procurara alguém do govêrno para lembrar-lhe que se tratava da sorte do republicanismo, pois havia provas evidentes da intenção dos revolucionários, de restaurarem a monarquia... Em conclusão: o auxílio pedido se limitava à compra de navios de guerra que habilitassem o marechal Floriano a rebater a agressão dos barcos insurretos. Reforçou a denúncia com o telegrama de 10 de outubro: "It is rumored that an attempted will be made to restore Monarchy."

E' difícil responder à dúvida: implicaria a vitória dos almirantes Custódio e Saldanha na restauração do trono brasileiro? Nem é lugar para balancearmos as razões "florianistas", à roda da notícia que, em tom categórico, o ministro americano veiculava na sua correspondência. Positivo era o empenho dos Estados Unidos em prestigiar

a ordem legal consolidada; e dela tirou o Brasil, em seguida à luta intestina, o amplo proveito duma aproximação espiritual e econômica que se não descontinuou pelo tempo adiante.

Itamaratí

Fiquemos, entretanto, em 1900.

No govêrno de Campos Sales completou o Brasil — com a pacificação interna e a rehabilitação financeira — as linhas justas de sua política exterior ponderada e exemplar. Sabiamente se ausentara da primeira conferência de paz em Haia (1899), para a qual fôra convidado com exclusão dos outros países latino-americanos (que não tinham representantes em S. Petersburgo, donde partira a iniciativa da assembléia). Em lugar de ligar-se mais à Europa, cuidara de derrubar barreiras no nosso hemisfério, acabando, pelo menos publicamente, com os preconceitos e prevenções que ensombravam as relações da vizinhança. A visita recíproca dos presidentes do Brasil e da Argentina — Roca e Campos Sales — teve o duplo efeito de desvanecer ressentimentos passados e criar novas perspectivas de colaboração sul-americana. A influência brasileira dirigiu-se por igual ao apaziguamento entre a Argentina e o Chile. E vestia-se das côres puras dum desinterêsse modelar — quando o Ministério das Rela-

ções Exteriores deixou a sua sede primitiva e localizou-se no Palácio Itamarati. Essa mansão da velha nobreza abrigou-o com dignidade, quasi com esplendor. Uma casa histórica dispensa o luxo; contenta-se com o respeito que a sua tradição infunde, com a beleza sóbria dos seus traços vetustos. Naquela — uma das melhores residências outrora, primeira sede do govêrno republicano, onde três presidentes viveram — o Ministério encontrou o seu "ambiente" discreto. Deu-lhe glória. "Itamarati" é hoje um nome conhecido universalmente. Não representa, êsse nome "brasiliano", apenas uma sede de serviço. Evoca a diplomacia do Brasil na sua coerência, no seu largo século de trabalho, no seu "sistema" e na sucessão extensa das altas reputações que a engrandeceram.

ÍNDICE

	Págs.
O que nos trouxe D. João VI	9
Dois serviços	10
A benefício de inventário: Cisplatina	11
Dois "sistemas"	11
A luta do Rei velho	12
D. Pedro I	15
Intuição americana	17
Receios de Monroe e Bolívar	18
O equívoco desfeito	19
Um papel inédito	20
Mudança de rumo	21
A Regência e as puras intenções	23
O problema do Sul	24
A situação em 1843	24
O tratado que salvaria Rosas	26
Sinimbú e a sua intervenção	29
Caxias, Pimenta Bueno e Abrantes	30
A questão inglesa	31
Onde aparece Mauá	34
Depois de Caseros	36
A falta que fêz Garzón	38
Causas e razões	39
O conflito de 1862	40
Mitre e López	41
A triplice Aliança	45
"A guerra não dá direitos"	46
Palavra de rei	47
Um caso simbólico	48
Os Estados Unidos e a República	50
Itamarati	53

LIVROS DO MESMO AUTOR

TRILOGIAS

O Rei do Brasil (Vida de D. João VI), Livraria José Olimpio, Rio, 1935.

O Rei Cavaleiro (Vida de D. Pedro I), Comp. Editôra Nacional, S. Paulo, 1933.

O Rei Filósofo (Vida de D. Pedro II), Comp. Editôra Nacional, 2.ª ed., S. Paulo, 1939.

História social do Brasil (1.º — Espirito da Sociedade Colonial), 3.ª edição, S. Paulo, 1941.

História social do Brasil (2.º — Espirito da Sociedade Colonial), 2.ª ed., S. Paulo, 1940.

História social do Brasil (3.º — A Época Republicana), S. Paulo, 1939.

LITERATURA HISTÓRICA

Pedra d'armas (Contos), Monteiro Lobato & Cia., S. Paulo, 1923.

O tesouro de Belchior (Novela), 1.º prêmio da Academia Brasileira, 1929.

Os Malés (Novela), Pro Luce, Petrópolis, 1933.

O crime de Antônio Vieira. Comp. Melhoramentos de S. Paulo.

Anchieta, o santo do Brasil. Comp. Melhoramentos de S. Paulo.

O marquês de Abrantes. Guanabara Editôra, Rio, 1933.

Gomes Carneiro, o general da República. Guanabara Editôra, Rio, 1933.

Vida e amores de Castro Alves. 2.ª ed., Editôra "A Noite", Rio, 1937.

Figuras de azulejo. Editôra "A Noite", Rio, 1939.

HISTÓRIA

História de Independência do Brasil. Imprensa Nacional, 1928.

História da Bafa (2.ª ed.). Comp. Melhoramentos de S. Paulo.

História das bandeiras baianas (esgotada). Imprensa Nacional, 1929.
História da civilização brasileira (4.ª ed.). Comp. Editôra Nacional, 1940.
Gregório de Matos (Biografia, Obras, vol. VI, ed. da Academia Brasileira).
Por Brasil e Portugal (Sermões do Padre Vieira, anotados). Comp. Editôra Nacional, S. Paulo, 1937.
Pequena história da civilização brasileira (5.ª ed.). Comp. Editôra Nacional, S. Paulo, 1941.
História do Brasil (1.º tomo, 1500-1600). Comp. Editôra Nacional, S. Paulo, 1939.
História do Brasil (2.º tomo, 1600-1700). Comp. Editôra Nacional, S. Paulo, 1941.
História da Casa da Tôrre. Livraria José Olimpio, Rio, 1939.

DIREITO

Direito de propriedade (À margem dos problemas). Imprensa Nacional, 1926.
A reforma constitucional da Baía (Discursos). Imprensa Oficial, Baía, 1929.
A Federação e o Brasil (Rumos Constitucionais). Livraria Freitas Bastos, Rio, 1933.
Intervenção Federal. Livraria Freitas Bastos, Rio, 1936.
Curso de Direito Constitucional brasileiro. Livraria Freitas Bastos, Rio, 1937.
Curso de Direito Público. Livraria Freitas Bastos, Rio, 1938.

Feito na
Imprensa Oficial de Minas Gerais
para a
Livraria Editôra Paulo Bluhm
em Outubro de 1941

Livraria Editôra Paulo Bluhm

MATRIZ : Rua da Baía, 1.022 — Fone 2-1189

FILIAL : Rua de S. Paulo, 687, esq. Av. Amazonas — Fone 2-6985

CAIXA POSTAL, 595

BELO HORIZONTE / MINAS GERAIS

Coleção OS NOSSOS

ALCEU AMOROSO LIMA (Tristão de Ataíde): "Três ensaios sôbre Machado de Assis". (N. 1). Preço 4$.

O *ensaio*, gênero literário que tem a Montaigne por patrono, vem merecendo e tende a merecer cada vez mais a atenção do leitor moderno que se interessa pelas questões mais variadas e os problemas capitais da vida, quando abordados na forma leve e brilhante das divagações literárias.

Poderia dizer-se que o ensaista é o mediador entre os investigadores especializados e os que não são capazes por si mesmos de assimilar os resultados mais significativos do variado acervo dos conhecimentos humanos. E, sem dúvida, o ensaio é um gênero que presta positivos serviços ao leitor comum em países como o nosso, onde ainda é escassa a difusão de estudos completos e sistematizados com referência aos temas de cultura.

Com êste propósito cultural, precisamente, lança-se a presente Coleção, que se inaugura honrosamente com o trabalho do sr. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), intitulado "Três ensaios sôbre Machado de Assis". Não poderia ser mais acertada a escolha. Com ser um eminente pensador e o mestre mais acatado da crítica literária no Brasil, Tristão de Ataíde é ainda um ensaista perfeito e admirável: em seu espírito universal, atento às disciplinas mais diversas, as aptidões filosóficas unem-se com rara felicidade às qualidades artísticas e à melhor formação literária.

O volume encerra os seguintes ensaios: "Um Prefácio falhado", "Machado e Euclides" e "O Centenário", além de um exôrdio do Autor. Estas páginas de Tristão de Ataíde são das mais lúcidas e sagazes que já se escreveram a respeito do romancista de "Dom Casmurro". São páginas que ficarão, entre as que realmente merecem ficar no "mare-magnum" dos escritos sôbre Machado.

MARIO CASASSANTA: "Notas de Raul Soares à Gramática de João Ribeiro". (N. 2). Preço 4$.

Neste volume recolhe o sr. Mário Casassanta as notas que encontrou do punho de Raul Soares, num velho exemplar do curso superior de *Gramática Portuguesa* de João Ribeiro.

Evoca o homem, o humanista e o político; conta-lhe os primeiros passos de vida pública; salienta-lhe os vários aspectos da cultura, em especial o seu profundo conhecimento da língua.

Passa, depois, a recensear as notas, com que o malogrado homem público marginou as páginas da gramática de João Ribeiro, comentando-as devidamente e apondo a cada uma delas a solução que se lhe afigura melhor.

Professor de português e de Direito Público, espírito em extremo culto, forrado de boas letras clássicas, realizando o tipo acabado do humanista, achou-se o sr. Mário Casassanta à vontade para escrever de Raul Soares que, a par de sua notável ação política, soube ser um grande mestre da língua e de nosso Direito Público.

Numa hora em que tanto se cuida de dar ao país uma orientação genuinamente brasileira, nada mais oportuno do que um esfôrço dessa ordem, porque Raul Soares é realmente uma alta expressão da ânsia de cultura e do propósito de servir à nação, que anima o povo mineiro.

EDUARDO FRIEIRO: "Os livros nossos amigos (Reflexões de um amigo dos livros). (N. 3). Preço 6$.

Opiniões da Crítica:

... Eduardo Frieiro soube fazer um livro verdadeiramente delicioso, pequeno, mas repleto de sugestões, de leitura breve, mas que repercute longamente em nosso espírito... Eduardo Frieiro proporciona ao leitor momentos de inolvidável prazer mental... Tudo em páginas de encantadora leveza, que dissimula o escritor erudito. — Sousa Filho (*Gazeta-Magazine*, São Paulo).

... Eduardo Frieiro, que é, para meu gôsto, quem neste momento escreve melhor no Brasil. No mais agradável dos tons, na linguagem mais elegante e primorosa, encontram-se nesse livro reflexões, conselhos e informações. Com erudição de vária índole, mas nunca impertinente ou doutoral, vai ministrando conhecimentos seguros sôbre livros e autores. — Aires da Mata Machado Filho (*O Diario*, Belo Horizonte).

Romancista, crítico, cronista, o sr. Eduardo Frieiro possue o segrêdo de emprestar sempre interêsse a tudo quanto escreve. Espírito inquieto, dispondo de excelente cultura literária, passa sem esfôrço de um para outro gênero, com sua curiosidade intelectual sempre em movimento e sempre insatisfeita. (...) Num estilo que convida à leitura e à meditação, o sr. Eduardo Frieiro prende e encanta, mesmo quando dêle se discorda, em cada página que escreve. — Jaime de Barros (*Estado de Minas*, Belo Horizonte).

... ensaio encantador (...) um dos escritores marcantes na atualidade literária nacional. — Elói Pontes (*O Globo*, Rio).

O sr. Eduardo Frieiro tem amor aos livros, o que significa prazer pela posse física e intelectual. Ama-os como seres e como espíritos. E', portanto, um mestre com autoridade no assunto. E' um ovidiano nessa grande arte. Trata da organização duma biblioteca, dos "ex-libris", da patologia do livro, dos seus inimigos, das obras extravagantes ou ridículas, tudo em sínteses. (...) Deu-nos (...) um pequeno manual, útil à aprendizagem. — Oscar Tenório (*O Jornal*, Rio).

ARMANDO MAS LEITE: "Itinerário". (N. 4). Preço 6$.

Neste volume, de publicação póstuma, foram recolhidas as melhores páginas em prosa de um belo espírito, da mais nobre formação intelectual e moral, que a morte arrebatou cedo. Dividem-se em três partes: 1) Itinerário, 2) Dois ensaios e 3) Cartas a Alceu Amoroso Lima e outros. Tristão de Ataíde e Edgar de Godói da Mata Machado, em palavras preliminares, rendem comovido preito de admiração à memória pranteada de Armando Más Leite, poeta e prosador de excelsas qualidades, de quem era permitido esperar muito.

OSCAR MENDES: "Papini, Pirandello e outros". (N. 5). Preço 7$.

Oscar Mendes é um dos críticos mais ouvidos e autorizados, tanto de letras brasileiras como de estranjeiras. Crítico sagaz, honrado, construtivo. O volume ora editado encerra alguns dos seus ensaios de crítica mais interessantes e significativos. São os seguintes: Papini e Santo Agostinho; "Os Operários da Vinha"; Uma imagem do mundo moderno; O homem e as suas sombras; A morte de Sherlock Holmes; Dois romances portugueses; Um clássico; Um velho problema; Servidão humana; Os escravos cégos; Um solitário na multidão.

AFRANIO PEIXOTO: "Martim Soares Moreno, fundador do Seará, iniciador do Maranhão e do Pará, herói da restauração do Brasil, contra Franceses e Holandeses. Nota à "Iracema". (N. 7). Preço 5$.

No limiar dêste volume, interessantíssimo como tudo quanto sai da pena do eminente sr. Afrânio Peixoto, escreveu o admirado escritor:

"A Agencia Geral das Colonias, de Lisbôa, entre as memoráveis publicações com que celebrou a Restauração de Portugal e do Brasil, de 1640, publicou uma série luso-brasileira, de biografias dos heróis dessa Restauração. Convidado a colaborar escolhi a Martim Soares Moreno. A monografia saiu, acompanhada de alguns documentos encontrados no Arquivo Histórico Colonial. Quasi não apareceu no Brasil...

Cumpria fazer-lhe edição nacional. Mas, nunca, repito, sem corrigir, aumentando ou diminuindo. Convidado para esta publicação, dou-lhe endereço literário, o de uma nota à "Iracema", a obra prima literária de Alencar e do Brasil. E, então, não vem de mais, como documentos, admitir apenas os de autoria de Martim Soares Moreno, a quem o livro cabe, inteiramente: agora, apenas uma nota à "Iracema".

OUTRAS OBRAS DE EDUARDO FRIEIRO, PUBLICADAS POR ESTA LIVRARIA

O MAMELUCO BOAVENTURA (Romance da época do Conde de Assumar, instaurador da ordem nas anarquizadas Minas do Ouro. O Ribeirão do Carmo e a Vila Rica em 1719). Nova edição. Preço 10$.

A ILUSÃO LITERARIA (Ensaios sôbre a arte literária e a vida do escritor). Preço 10$.

OPINIÕES DA CRÍTICA ACÊRCA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DESTA OBRA:

Êste seu livro que é todo um hino ao trabalho das letras e aos beneditinos que a ela se entregam, com verdade, é, não obstante a forma polida e mansa, um autêntico livro de combate. E' certo que nêle se não nos depararão as vozes altas e os rostos inflamados das polêmicas. Não se nos depararão, tanto menos, palavrões ou sarcasmos. Mas também não é menos certo que Frieiro encara os problemas basilares da tarefa de escrever, quais nô-los plantam as necessidades e nô-los sugerem os autores, — e expende sôbre eles o seu modo peculiar de ver e de sentir, e que, ao cabo de contas, acaba por nos convencer, porque não podemos deixar de o haver por melhor e mais judicioso. — MÁRIO CASASSANTA (*Minas Gerais*, Belo Horizonte).

Mas é sempre assim, cheio de idéias justas e de idéias que provocam discordância e debate, o livro do sr. Eduardo Frieiro. Nêle, a par das conhecidas qualidades de escritor elegante e sóbrio, exornam a figura literária do A., que se manifesta a sua vasta e escolhida cultura literária, dando encanto e variedade ao jôgo mágico das idéias. — OSCAR MENDES (*O Estado de Minas*, Belo Horizonte).

O sr. Eduardo Frieiro, autor de três livros notáveis, *O Clube dos Grafômanos*, *Inquietude, melancolia*, *O mameluco Boaventura*, é um romancista que em pouco tempo conseguiu colocar-se entre os melhores das nossas letras contemporâneas. Com *A ilusão literária* aparece agora sob um novo aspecto: o de puro esteta da arte literária. E' sempre o mesmo estilista que trabalha conscienciosamente em prol do idioma, mas com certo pessimismo contra a profissão das letras. — JOÃO RIBEIRO (*Jornal do Brasil*, Rio).

★

OUTRAS PUBLICAÇÕES

PADRE CARLOS ORTIZ: "O Cristo Total" (Ensaio de uma síntese para militantes de ação católica), segunda edição, refundida. Preço 6$.

C. BENJAMIM DIAS: "A insuficiência coronária" (Ensaio semiológico). Preço 15$.

AULO PINTO VIEGAS: "Endocrinologia Clínica". Preço 45$.

PROF. LINCOLN PRATES: "Pareceres e Acórdãos" (Tribunal de Apelação de Minas Gerais). Preço 30$.